



A mágica das contas externas

A relação dívida líquida/exportações em 2005 é uma conquista a ser preservada

Monomani-Brasil - Economia

Já surgem bons palpites sobre o que o governo vai fazer no ano eleitoral de 2006. Tem-se como certo que o crescimento do PIB será maior do que o deste ano com o impulso de investimentos públicos, o que provavelmente vai significar um superávit primário (exclui juros) na risca de 4,25%. Uma maior redução da dívida interna vai ter de esperar. Quanto ao câmbio, tudo indica que deve permanecer em banho-maria enquanto não houver uma queda mais pronunciada da taxa de juros. A julgar pela previsível decisão do Copom nesta semana, não ousando baixar os juros básicos em mais de 0,5 ponto percentual, este parece que será um longo processo.

Apesar de um titânico esforço das empresas para corte de custos, também se dá como certo que as exportações serão afetadas. Talvez elas não caiam, mas será difícil fazê-las crescer a um ritmo semelhante ao dos dois últimos anos.

Se perguntarem aos diretores do Banco Central (BC) qual a maior conquista econômica deste governo, eles certamente dirão que é a queda da inflação, que pode fechar este ano em torno de 6%. Mas isso não é vantagem em relação ao governo anterior, que também conseguiu baixar a inflação para 5,23% em 1997, 1,65% em 1998 e 5,97% em 2000. A grande conquista econômica do atual governo são as exportações, cujos resultados são muito mais devidos às empresas do que aos condutores da política econômica.

Um pequeno exercício revela a mágica. Segundo os últimos números divulgados pelo BC sobre a dívida externa, esta era de US\$ 181,62 bilhões em agosto, mas os analistas consi-

deram que a posição pouco mudou de lá para cá. Se diminuirmos desse total as reservas líquidas, oficialmente em US\$ 51,46 bilhões, teremos US\$ 130,16 bilhões. Esse total dividido pela soma prevista das exportações (US\$ 117 bilhões) dá 1,11. É a menor relação dívida externa líquida/exportação há muitos anos.

O ex-ministro Mário Henrique Simonsen costumava dizer que, quando essa relação passava de 2,5, entrávamos na zona perigosa. Vê-se que o Brasil hoje está longe disso, mas havia confusão na área ainda há pouco tempo. Em 2002, último ano do governo FHC, a dívida externa estava em US\$ 210,71 e as reservas líquidas em US\$ 14,23 bilhões, o que dava uma dívida líquida de US\$ 196,48 bilhões. Esse total dividido pelas exportações daquele ano (US\$ 60,36 bilhões) dá 3,25, ou seja, a defesa estava furada, ainda sob a pressão de ataques especulativos.

Bazófia não faltou ao governo quando anunciou, nesta semana, que vai antecipar o pagamento de US\$ 15,4 bilhões ao FMI até o fim deste ano, liquidando a fatura com a instituição, economizando US\$ 900 milhões de juros. O Tesouro resolveu também só rolar 75% das amortizações previstas em 2006/2007. Isso também só é possível graças às exportações.

Como disse o presidente da Fiesp, Paulo Skaf, a economia não apresentaria esses resultados se estivesse sendo abafada pela crise política. O que dá mesmo desânimo aos empresários é uma política econômica monocórdia.

* Jornalista

E-mail: kkleber@gazetamercantil.com.br